

Política Nacional de Museus

relatório de gestão 2003 | 2006

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento de Museus e Centros Culturais

Política nacional de museus: relatório de gestão 2003-2006 / Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. _ [Brasília]: MinC/IPHAN/DEMU, 2006. 144 p.

1. Museus – política pública – Brasil. 2. Museologia – Brasil. 3. Brasil – política cultural. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)

CDD 069.0981

“Dizemos: afinal, somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos. E eu acrescentaria: somos aquilo que lembramos. Além dos afetos que alimentamos, a nossa riqueza são os pensamentos que pensamos, as ações que cumprimos, as lembranças que conservamos e não deixamos apagar e das quais somos o único guardião.”

Norberto Bobbio

“Acho que não preciso insistir na importância imensa dessa área especificamente museológica. Não posso e nem devo ainda anunciar objetivamente a vocês que formas nesse desenho completo terá o Museu enquanto instituição e que tipo de ajuda se pode dar aos museus brasileiros. Só tenho a dizer que ou nós conseguiremos fazer com que essa área seja encarada numa visão de conjunto mais sistêmica, em que prevaleça o mútuo apoio de competências, em que se crie uma espécie de solidariedade na área museológica, ou não chegaremos a uma coisa harmoniosa. Acho também que, diante do tamanho do Brasil e da diversidade de problemas e de componentes, teremos que pensar muito em grupos de ação, em pessoas que congreguem conhecimentos, pessoas que integrem equipes, capazes de se deslocar de um ponto a outro do país, ajudando cada unidade, cada museu ou cada grupo de museus na organização de melhor atendimento a questões específicas.”

Aloísio Magalhães

Sumário

“Os museus do Brasil estão bem vivos” 6	A Política Nacional de Museus e os museus do IPHAN. 96
A importância dos baús abertos da nossa memória afetiva	
Gilberto Passos Gil Moreira – Ministro de Estado da Cultura	
Os dons e as dádivas da política cultural para os museus. 8	Planos em perspectiva: a Política Nacional de Museus para os próximos anos. 122
O tempo dos museus, o tempo da política e o espaço da construção	
José do Nascimento Júnior – Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN	
Veredas e construções de uma Política Nacional de Museus. 10	Anexos. 128
Gestão descentralizada, participativa e transversal. 22	Anexo 1 – Decreto de 31 de maio de 2004
Sistema Nacional de Cultura e Sistema Brasileiro de Museus	Institui a Semana dos Museus e o Dia Nacional do Museólogo
A importância das parcerias	Anexo 2 – Decreto nº 5264, de 05 de novembro de 2004
Mapeando a diversidade museal brasileira. 30	Institui o Sistema Brasileiro de Museus
Cadastro Nacional de Museus	Anexo 3 – Decreto nº 5520, de 24 de agosto de 2005
Os museus e seus públicos. 36	Institui o Sistema Federal de Cultura (SFC) e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) do Ministério da Cultura
Observatório de Museus e Centros Culturais	Anexo 4 – Portaria Normativa IPHAN nº 01, de 05 de julho de 2006
A celebração dos museus e seu reconhecimento público. 42	Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do IPHAN
Semana de Museus e Ano Nacional dos Museus	Anexo 5 – Lei nº 11.328, de 24 de julho de 2006
Encontros bienais para o debate, a reflexão e o sonho. 46	Institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus
Fórum Nacional de Museus	Anexo 6 – Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 575, de 01 de novembro de 2006
Políticas de fomento para museus: aprender a pescar. 50	Altera os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, estabelecendo condições para a preservação do Patrimônio Museológico Brasileiro
Formar e transformar. 76	Anexo 7 – Projeto de Lei nº 7568, de 14 de novembro de 2006
Programa de Formação e Capacitação em Museologia	Institui o Estatuto de Museus
Projetos, estudos e pesquisas. 86	
Semeando informações. 90	
Publicações	

Os museus do Brasil estão bem vivos

A importância dos baús abertos da nossa memória afetiva

A revitalização dos museus brasileiros e do patrimônio histórico do país é uma das prioridades do Ministério da Cultura. Após anos de redução progressiva dos investimentos no setor, no período de 2003 a 2006, elevamos para um patamar de R\$ 300 milhões o valor dos recursos destinados diretamente pelo sistema MinC aos museus. Nesse total estão incluídos os investimentos, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, de parcerias como as que celebramos com a Caixa Econômica Federal, o BNDES e a Petrobras e ainda de programas específicos como o Monumenta, em colaboração com a Unesco. Essa série de iniciativas tem como alvos principais a preservação de acervos e prédios tombados, a modernização tecnológica e gerencial dos museus, o estímulo ao uso dos acervos e espaços pela população e a criação de novas instituições. Com esse impulso, podemos dizer que os museus brasileiros estão vivos novamente e abertos à vida que há fora deles.

Este assunto evoca os versos de uma velha canção: “Tanta saudade preservada num velho baú de prata dentro de mim / Digo num velho baú de prata porque prata é a luz do luar”. Ela fala de um tempo de retorno ao Brasil e de um tempo de exílio e da memória afetiva preservada num velho baú de prata. Esse baú é como um museu pessoal, o museu que todos temos, feito de lembranças, quinquilharias e reminiscências que alimentam o nosso presente. Como todos os museus pessoais, o da canção tem “qualquer coisa” que vai além do “eu”. Há um momento e um território em que o canto da memória se encontra com outras memórias e outros cantos. E se transforma a partir dos encontros feitos. Os museus de pedra e cal e os museus virtuais são baús abertos da memória afetiva da sociedade, da subjetividade coletiva do país, da soma dos museus pessoais.

Penso no velho baú de prata, penso no matulão, penso num projeto de viagem com mala e cuia, penso nas arcas de alianças e chego aos relicários, aos realejos e seus desejos de reinvenção do real, e também na arte contemporânea, no futebol, na tecnologia. Por este sertão de memórias e suas veredas, chego aos grandes museus das capitais e também aos pequenos museus do interior, e mais ainda aos museus portáteis, tão caros aos homens e mulheres do povo, aos artistas, aos museólogos, aos educadores, aos antropólogos, aos cientistas do microcosmo social e a todos os que se dedicam ao pensamento e à expressão. Há, como se sabe, museus de diversos tipos, todos igualmente significativos. O importante é que estejam vivos, que pulsem, consagrando o jogo de tradição e invenção que dialeticamente marca a construção da cultura brasileira.

Diferentemente dos que não gostam ou simplesmente não se encantam com os museus, e que os vêem como resf-

duos do passado, eu gosto dos museus. De todo e qualquer museu. E tenho especial apreço por aqueles que têm cheiro de vida e querem, por decisão de quem os alimenta, inundar a vida de mais vida; gosto dos museus que seguem se fazendo e se refazendo. Há quem pergunte: de onde vem este encantamento com os museus? Respondo: a raiz da música é a mesma do museu. E esta raiz remete ao cosmo (e ao caos) das musas. O museu é a casa das musas. E não por acaso a musa da música tem lugar privilegiado no Templo das Musas, no museu das artes, no panteão das musas, que, desde a mitologia grega, são as inspiradoras de toda arte, de toda criação humana. Os museus abrigam o que fomos e o que somos. E inspiram o que seremos.

Falar das musas não é falar do passado. Ao contrário. Por isso, vejo que os museus no mundo contemporâneo são lugares de criação, diálogo e preservação do aqui e do agora. Esta noção está na base dos esforços do Ministério da Cultura num campo que traz simultaneamente o arcaico e o novo, o político e o cultural, o singular e o universal. Nos últimos quatro anos, o MinC estimulou a criação da Política Nacional de Museus, criou o Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/IPHAN) e investiu expressivos recursos no Museu Histórico Nacional, no Museu Nacional de Belas Artes, no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Museu da República, nos Museus Castro Maya, no Museu da Inconfidência, no Museu do Ouro, no Museu Villa-Lobos, no Museu Lasar Segall, no Museu Imperial, nos chamados museus regionais do IPHAN e em tantos outros.

Também preparou o lançamento do Sistema Brasileiro de Museus, uma grande rede de articulação e desenvolvimento que incorpora os museus estaduais e municipais. Em várias regiões, com o estímulo do MinC, realizaram-se (e ainda se realizam) fóruns estaduais que constituem a base para a criação e a revitalização de sistemas estaduais e municipais de museus. Além de articular e investir nos museus já existentes, o MinC moveu-se na direção de

criar novos museus e aprovou o reconhecimento oficial da Semana de Museus, em maio, e do Dia Nacional do Museólogo (18 de dezembro), de modo a valorizar publicamente o setor e seus profissionais. Posso mencionar ainda a iniciativa pioneira do edital de Modernização de Museus, voltado para instituições públicas e privadas não vinculadas ao Ministério da Cultura, que receberam recursos públicos de R\$ 3 milhões para se atualizar.

Um dos próximos passos será a criação do Instituto Brasileiro de Museus, antigo anseio da comunidade museológica. Coloco boa parte da minha energia nesse projeto, por reconhecer o lugar estratégico dos museus na política pública de cultura e considerar que essa área demanda um órgão próprio de gestão. Um órgão que, seguindo as sugestões e fazendo-se herdeiro de Mario de Andrade, valoriza os museus populares, a dimensão republicana dos museus, os museus municipais e o papel educativo dos museus. Torço para que os nossos museus não tenham medo do novo, do público, do diálogo, da atualização. Que não tenham medo de ser de “todo mundo”. Os museus são “pontos de cultura” e interessa tocá-los de acordo com a compreensão ampla do que chamei “do-in antropológico” (no caso, “do-in museológico”). Para além dos baús pessoais, os museus brasileiros devem cumprir um papel de referência e base para o futuro da cultura. Que eles sejam música e poesia para os nossos corpos, mentes e espíritos; que sejam os templos de todas as musas e de todos nós. E que os brasileiros possam se orgulhar dos seus museus, novos e velhos.

Gilberto Passos Gil Moreira
Ministro de Estado da Cultura

Os dons e as dádivas da política cultural para os museus

O tempo dos museus, o tempo da política e o espaço da construção

Deveríamos fazer aqui o inventário da trajetória de um trabalho coletivo que chamamos Política Nacional de Museus. No entanto, seria necessário contar como avançamos apesar das dificuldades. Sangue, suor e lágrimas, reais e simbólicas, foram a base da construção dessa política, resultado da paixão por um projeto renovador que empolgou um grupo enorme de pessoas. Certamente, este relatório não traduzirá os sentimentos que envolveram esses trabalhos – para isso, haverá outros momentos e espaços. No futuro, porém, quem vier a analisar este período encontrará nestas páginas elementos para pensar a construção de uma política pública efetiva para o campo dos museus e do patrimônio cultural.

Em quatro anos, entre 2003 e 2006, os museus tornaram-se um bom “pre-texto” para colocarmos em prática as possibilidades de ação de governo, com um Ministério da Cultura renovado pela condução do Ministro Gilberto Gil e pela orientação do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Os museus também forneceram um bom “pre-texto” para construirmos, junto com o setor museológico brasileiro, um projeto de renovação que empolgou os jovens e renovou as esperanças dos mais experientes. Esse clima foi fundamental para que pudéssemos chegar aqui ao final de quatro anos de governo. E estamos orgulhosos com os resultados obtidos.

Neste período, os museus tornaram-se um “pre-texto” para nos conhecermos. Em certa medida, transformamo-nos em “museófilos”, amigos de museus, estes espaços de mediação e descobertas.

A inspiração das Musas

Exercitando a nossa imaginação museal, em certa altura, admitimos a hipótese do Museu dos Enamorados. Imaginar uma instituição assim significa imaginar uma linguagem “museopoética” inspirada pelo templo das musas. O principal tema desse museu seria a tentativa de definir o que é objeto do desejo, uma tarefa que levaria a discussões apaixonadas. Mesmo sendo arriscado tentar montar esse museu, nunca nos furtaríamos a, pelo menos, pensar nas possibilidades de tal discurso museal: o risco faz parte dos seres enamorados. Com certeza, não seria um discurso único. Poderia ser fragmentado e contraditório, mas buscaria, sempre, apaixonar o visitante desarmado, pego de surpresa pelas muitas facetas do tema.

Essa instituição hipotética reúne todos os elementos da construção de nossa política para os museus. A luta para co-

locar os museus no contexto de um projeto de nação e inseri-los nas políticas culturais do país foi sempre o combustível que nos moveu. Foi a nossa paixão.

A complexa tarefa de articular a diversidade museal em um país da dimensão do Brasil precisou de muitas parcerias nacionais e internacionais. Contou com a imensa dedicação da equipe do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN e das estruturas administrativas do Instituto. Também é necessário lembrar que o apoio dos diretores de museus do IPHAN e colaboradores por todo o país foi decisivo. E o Ministério da Cultura, gestor do processo, colocou toda a sua equipe a serviço desta empreitada.

Trabalhamos conceitos e realizamos ações para deixar um caminho traçado. Ainda não sabemos em que medida essas coisas vão se fixar, mas estamos certos de que trabalhamos para modificar uma certa realidade e mostrar que é possível, com participação e diálogo, realizar mudanças.

A ética das relações ou como nos transformamos em companheiros

Cabe ainda registrar, na apresentação deste relatório, que existe um outro relatório, cujos resultados carregaremos por toda a vida: o das amizades estabelecidas ao longo desses quatro anos. Quem exerce um cargo público sabe que as amizades são o maior patrimônio que levamos para a vida privada - e o mais difícil de se manter.

O mais fácil na vida pública é criar inimizades. A sinceridade nem sempre é considerada um predicado. Como se isso não bastasse, a ética das relações de trabalho é, por vezes, relativizada. É por essas e outras que tecer amizades tem um papel fundamental em nosso cotidiano.

Sem essa techedura, composta, a cada instante, por retalhos tão variados, respeitando diferenças as mais diversas, é impossível realizar um trabalho. São os caminhos que percorremos juntos que tornam possível tecer amizades.

Na mitologia grega, Héstia é a deusa do fogo, da proteção interior. Na Grécia antiga, havia sempre uma chama acesa em honra de Héstia nos centros das casas e das ci-

dades. Era ao redor desta chama que amigos e parentes se encontravam, que os cidadãos decidiam os destinos da *polis*. Pois é no calor das batalhas que sabemos quem são, de fato, nossos companheiros de trajetória.

O aspecto simbólico do fogo ritual encontra um claro paralelo nos ritos da gestão pública: o fogo que purifica também forja. Quem passa por essa experiência e não sai modificado não passou, não sentiu. E são os laços de amizade que tornam esses momentos mais cheios de emoções.

Assim nos construímos. São essas experiências que marcam nossas trajetórias. São as amizades que tecemos, enfim, que ficam.

Essa é a principal lição que podemos tirar dos momentos de trabalho em equipe.

José do Nascimento Júnior

Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais/IPHAN





Veredas e construções de uma política nacional de museus

I - Raízes da imaginação museal no Brasil

A mais antiga experiência museológica de que se tem notícia no Brasil remonta ao século XVII e foi desenvolvida durante o período da dominação holandesa, em Pernambuco. Consistiu na implantação de um museu (incluindo jardim botânico, jardim zoológico e observatório astronômico) no grande parque do Palácio de Vrijburg. Mais adiante, já na segunda metade do século XVIII, no Rio de Janeiro, surgiria a famosa Casa de Xavier dos Pássaros – na verdade, um museu de história natural – cuja existência prolongou-se até o início do século XIX.

Ainda que essas duas experiências museológicas não tenham se perpetuado, elas são ainda hoje notáveis evidências de que, pela via dos museus, ações de caráter preservacionista foram levadas a efeito durante o período colonial. De qualquer modo, acontecimentos museais capazes de se enraizar na vida social e cultural brasileira só seriam perpetrados após a chegada da família real portuguesa, em 1808, um marco sem precedentes. É nesse quadro que, em 1818, foi criado o Museu Real, hoje Museu Nacional da Quinta da Boa Vista e, em 1816, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.

Em 1826, quatro anos depois da Independência, foi inaugurado o primeiro salão da Academia Imperial de Belas Artes (que, a rigor, pode ser considerado um dos antecedentes do atual Museu Nacional de Belas Artes).

De modo gradativo, a imaginação museal no Brasil foi se construindo com as experiências desenvolvidas no século XIX, sobretudo a partir de sua segunda metade. Nesse sentido, merecem destaque a criação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), do Museu do Exército (1864), da Sociedade Filomática (1866) – que daria origem ao Museu Paraense Emílio Goeldi – do Museu da Marinha (1868), do Museu Paranaense (1876) e do Museu Paulista (1895).

Este breve esboço da constituição da imaginação museal no Brasil permite compreender que, mesmo antes do surgimento das universidades e dos institutos públicos de preservação do patrimônio cultural, os museus já exerciam as funções de pesquisa, preservação, comunicação patrimonial, formação e capacitação profissional.

II – Institucionalização do campo museal no Brasil

Durante as comemorações do Centenário da Independência foi criado, no Rio de Janeiro, o Museu Histórico Nacional. Esse gesto emblemático de criação de um museu de história foi uma novidade, embora não fosse, como alguns autores pretendem, um “divisor de águas”: a rigor, ele vinha preencher uma lacuna identificada no século anterior. Se existem gestos divisores de águas no campo museal, eles encontram-se na criação do Curso de Museus (1932) e na criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934), dois acontecimentos produzidos no âmbito do Museu Histórico Nacional. O primeiro foi responsável pela institucionalização da museologia e dos estudos de museus no Brasil, o segundo, um dos principais antecedentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1936.

Importa reconhecer que a Inspetoria de Monumentos Nacionais, criada em 1934, realizou um trabalho pioneiro de inventário, identificação, conservação e restauração de bens tangíveis na cidade de Ouro Preto, elevada, por decreto, em 1933, à categoria de Monumento Nacional. A intenção explícita desse reconhecimento é destacar que o primeiro organismo federal institucionalizado de proteção do patrimônio monumental brasileiro foi criado, coordenado e colocado em movimento a partir de um museu. Esse reconhecimento, no entanto, não deve servir para obliterar a compreensão da importância que os museus tinham no anteprojeto que Mário de Andrade elaborou, em 1936, para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN). Nesse e em outros documentos, Mário de Andrade valoriza os pequenos museus, os museus populares, os museus como espaços privilegiados da res pública e também a dimensão educacional dos museus.

Novos e diversificados museus privados, públicos e mistos foram criados a partir dos anos 30, na esteira da modernização e do fortalecimento do Estado, que passou, então, a interferir diretamente na vida social, nas relações de trabalho e nos campos de educação, de saúde e de cultura. A notável proliferação de museus ini-

ciada naquela década prolongou-se e ampliou-se nos anos 40 e 50, atravessou a Segunda Guerra Mundial e a denominada Era Vargas, atingindo, com vigor, os chamados anos dourados. É importante registrar que essa proliferação não se traduziu apenas em termos de quantidade; ela trouxe uma nova forma de compreensão dos museus e um maior esforço para a profissionalização do campo.

No intervalo entre as duas grandes guerras mundiais, com os laços de dependência internacional mais flexibilizados, foi possível criar instituições e desenvolver práticas preservacionistas de caráter nacional. Assim, é compreensível que, logo após o final da Segunda Grande Guerra, em 1946, fosse criado o Conselho Internacional de Museus (ICOM), uma organização não-governamental ligada à Unesco. Nessa ocasião, o jovem museólogo Mário Barata¹, egresso do Curso de Museus e beneficiado com uma bolsa de estudos internacionais, encontrava-se em Paris e participou diretamente da criação do ICOM. A presença de Barata nesse acontecimento e o seu contato imediato com instituições brasileiras, por intermédio de jovens museólogas de sua geração, foi decisivo para que no mesmo ano fosse criada no Brasil a representação nacional do ICOM². Essa criação condensava e explicitava o desejo de diversos pro-

1. O professor Mário Barata, possivelmente o único participante ainda vivo do memorável encontro que deu origem ao ICOM, nasceu em 1920 e continua em plena atividade intelectual.

2. Os três primeiros presidentes da representação nacional do ICOM foram Oswaldo Teixeira (diretor do Museu Nacional de Belas Artes), Rodrigo Melo Franco de Andrade (presidente do IPHAN) e Heloísa Alberto Torres (diretora do Museu Nacional).

fissionais de museus espalhados pelo país na atualização do campo museal e na intensificação do intercâmbio cultural, técnico e científico com outros países, especialmente com a França e os Estados Unidos da América.

Entre os anos 40 e 50 a museologia se consolidou no Brasil com a publicação de livros que se tornaram clássicos³, com a afirmação da diversidade museal e com a criação de museus como os de Arte Moderna, de Imagens do Inconsciente, do Índio e de tantos outros.

Em 1956, foi realizado em Ouro Preto o I^o Congresso Nacional de Museus e, em 1958, no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, aconteceu o Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus⁴. Estes dois grandes encontros desempenharam papéis seminais na profissionalização da museologia e na consagração da perspectiva pedagógica nos museus brasileiros.

Na década seguinte, em 1963, foi criada a Associação Brasileira de Museologistas, atual Associação Brasileira de Museologia, responsável pela realização de inúmeros fóruns, congressos, seminários, encontros e debates, e principal agente de mobilização na luta pela regulamentação da profissão de museólogo – o que

viria a acontecer em 1984.

Em 1976, foi realizado em Recife o I^o Encontro Nacional de Dirigentes de Museus. Desse encontro resultou um documento denominado Subsídios para Implantação de uma Política Museológica Brasileira⁵, publicado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e, durante longo tempo, utilizado na orientação de projetos. Três anos depois desse famoso encontro realizado em Pernambuco seria criada por Aloísio Magalhães a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), que abrigou, durante aproximadamente uma década, um conjunto expressivo de museus não atendidos pela política cultural da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Foi no âmbito da FNPM que, em 1983, instalou-se o Programa Nacional de Museus, que desenvolveu projetos especiais visando à revitalização dos museus brasileiros.

O panorama museológico entre os anos 70 e 80 estava em ebulição e compunha-se de novas idéias, encontros, debates e novas propostas de uma museologia ativa, participativa e democrática. Na esteira das discussões de política museológica surgiria, em 1986, o Sistema Nacional de Museus. Seu objetivo: articular e apoiar financeiramente projetos museológicos.

Os documentos produzidos em 1972, (durante a Mesa Redonda de Santiago do Chile), e em 1984, (durante a reunião internacional de Quebec), produziram impactos teóricos e práticos no Brasil. Os desafios de pensar e desenvolver práticas de uma museologia popular e comunitária e os desafios de refletir e agir sobre o patrimônio, considerando-o como agente de mediação, foram assumidos por praticantes da museologia.

Mesmo depois de alguns avanços, no início dos anos 90 a Fundação Nacional Pró-Memória e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foram extintas e, em substituição, foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Nessa ocasião, os museus dessas instituições foram esquecidos e deixados de fora da nova estrutura. Após algum tempo, percebido o dramático equívoco, foram incorporados, por meio de artifício administrativo, ao IBPC, posteriormente denominado IPHAN.

De modo notável, a trajetória dos museus no Brasil indica, que as ações de comunicação, pesquisa e preservação do patrimônio cultural madrugaram nessas instituições que, concretamente, existem no tempo presente. As relações entre os museus e o patrimônio não nasceram e

3. Alguns exemplos: Anais do Museu Histórico Nacional, publicação iniciada em 1940; Introdução à Técnica de Museus, de Gustavo Barroso, publicado em 1946, 1947 e 1951; Museus do Brasil, de Heloísa Alberto Torres, publicado em 1953; Museu e Educação, de F. dos Santos Trigueiros, publicado em 1955 e 1958; Recursos Educativos dos Museus Brasileiros, de Guy de Holanda, publicado em 1958.

4. Seminário coordenado por George Henri Rivière, que, na ocasião, era presidente do ICOM.

5. O documento em questão foi construído com base nas orientações e nos debates dos dirigentes de museus, sobretudo dos grandes museus públicos, presentes ao Encontro e por isso mesmo, não reflete o estado de ebulição da museologia da época.



não se esgotaram no século XX. Esse entendimento favorece a compreensão de que as categorias museu e patrimônio podem ser consideradas como campos complementares e, por isso mesmo, uma não se reduz obrigatoriamente à outra. Em outras palavras: os museus não são apêndices do campo patrimonial; eles constituem práticas sociais específicas, com trajetórias próprias, com mitos fundadores peculiares. Sem dúvida, é possível pensar que estão inseridos no campo patrimonial, mas, ainda assim, é forçoso reconhecer que têm contribuído freqüentemente, de dentro para fora e de fora para dentro, para forçar as portas e dilatar o domínio patrimonial. Ao contribuir para a constituição e a dilatação do domínio patrimonial, o campo museal se vê igualmente forçado a dilatar e reorganizar os seus próprios limites, especialmente a partir das suas práticas de mediação. Esse fenômeno, passível de ser observado após a Segunda Grande Guerra e, sobretudo, após as guerras coloniais, ganha ainda maior nitidez nos anos 80, com os desdobramentos da chama-

da Nova Museologia.

O Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), que se organizou nos anos 80 a partir dos flancos abertos no corpo da museologia clássica nos anos 70 – tanto pela Mesa Redonda de Santiago do Chile, quanto pelas experiências museais desenvolvidas no México, na França, na Suíça, em Portugal, no Canadá e um pouco por todo o mundo – viria também configurar um novo conjunto de forças capazes de dilatar, ao mesmo tempo, o campo museal e a paisagem patrimonial. Por essa época, no Brasil destacou-se em termos teóricos e práticos o trabalho de Waldisa Russio, inovador, ousado e inspirador de uma museologia popular, politicamente engajada e comprometida com os processos de transformação social.

A musealização, como prática social específica, derramou-se para fora dos museus institucionalizados. Tudo passou a ser museável (ou passível de musealização), ainda que nem tudo pudesse, em termos práticos, ser musealizado. A imaginação museal e seus desdobramentos (museológicos e

museográficos) passaram a poder ser lidos em qualquer parte onde estivesse em questão um jogo de representações de memórias corporificadas. Casas, fazendas, escolas, fábricas, estradas de ferro, músicas, minas de carvão, cemitérios, gestos, campos de concentração, sítios arqueológicos, notícias, planetários, jardins botânicos, festas populares, reservas biológicas – tudo isso poderia receber o impacto de um olhar museológico.

Os museus conquistaram notável centralidade no panorama político e cultural do mundo contemporâneo. Deixaram de ser compreendidos por setores da política e da intelectualidade brasileira apenas como casas onde se guardam relíquias de um certo passado ou, na melhor das hipóteses, como lugares de interesse secundário do ponto de vista sociocultural. Eles passaram a ser percebidos como práticas sociais complexas, que se desenvolvem no presente, para o presente e para o futuro, como centros (ou pontos) envolvidos com criação, comunicação, produção de conhecimentos e preservação de bens e manifestações culturais. Por tudo isso, o interesse político nesse território simbólico está em franca expansão.

O esforço para tentar imaginar um museu de um “tipo novo” e, ao mesmo tempo, sistematizar as novas práticas, sublinhando as diferenças em relação a outros modelos teóricos, levou Hugues de Varine, ainda nos anos 70, a desenhar uma concepção de

museu que substituísse as noções de público, coleção e edifício pelas de população local, patrimônio comunitário e território ou meio ambiente.

III – O exercício de uma nova imaginação museal

Os museus brasileiros estão em movimento. Por isso, interessa compreendê-los em sua dinâmica social e interessa compreender o que se pode fazer com eles, apesar deles, contra eles e a partir deles no âmbito de uma política pública de cultura.

Em comemoração aos 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em maio de 2002, foi realizado na cidade do Rio Grande/RS o

8º Fórum Estadual de Museus, sob o tema “Museus e globalização”, ocasião em que foi elaborada e divulgada a “Carta do Rio Grande”. Ainda em 2002, o Conselho Federal de Museologia (COFEM) elaborou e divulgou o documento denominado “Imaginação museal a serviço da cultura”. Estes dois documentos informariam a Política Nacional de Museus.

O governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva empossado em janeiro de 2003 estabeleceu novos marcos conceituais e práticos para o Ministério da Cultura (MinC), sob a gestão do Ministro Gilberto Gil, além de desenvolver um plano de implementação de políticas públicas sem precedentes na história do Brasil contemporâneo. Não há exagero quando se diz que, na atual gestão, o MinC foi recriado e refundado e passou a ter efetivamente estatura e envergadura de Ministério.

Compreendendo a importância dos museus na vida cultural e social brasileira, o MinC criou a Coordenação de Museus e Artes Plásticas vinculada à Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas e, por seu intermédio, convidou a comunidade museológica para participar democrática-

mente da construção de uma política pública voltada para o setor. Um dos frutos dessa ação inédita foi o lançamento da Política Nacional de Museus, em 16 de maio de 2003, em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

Ainda que a Política Nacional de Museus tenha sido lançada como um documento, avaliado e amparado pelo Estado republicano, o segredo do seu funcionamento está no seu caráter de movimento social, de ação que extrapola as molduras políticas convencionais.

Em termos metodológicos, o processo de construção da Política Nacional de Museus foi dividido em quatro etapas:

1 – Elaboração de um documento básico para discussão geral com a participação de representantes de entidades e organizações museológicas e universidades, além de profissionais de destacada atuação na área. Esse documento levou em conta a “Carta de Rio Grande” e o texto “Imaginação museal a serviço da Cultura”, anteriormente citados.

2 – Apresentação e debate público do documento básico, em reuniões ampliadas, no Rio de Janeiro e em Brasília, entre 23 e 27 de março de 2003, com a participação de diretores de museus, representantes das secretarias estaduais e municipais de cultura, professores de universidades,

representantes de entidades e organizações museológicas de âmbito nacional e internacional. Mais de uma centena de pessoas.

3 – Ampla disseminação e discussão do documento básico por meio eletrônico e reuniões presenciais. Profissionais de museus de diferentes áreas do conhecimento, professores, estudantes, aposentados, pesquisadores, técnicos, gestores culturais, líderes comunitários, políticos, educadores, jornalistas e artistas – enfim, todos os interessados em participar do debate – puderam contribuir livre e democraticamente para o aprimoramento da proposta inicial. Além das múltiplas e expressivas contribuições nacionais, o documento contou também com a leitura crítica, atenta e sugestiva de profissionais que atuam na França, na Holanda e em Portugal.

4 – Finalmente, uma equipe mista, formada por representantes do poder público e da sociedade civil, consolidou as diferentes sugestões e apresentou uma nova versão para o documento inicial. Essa versão foi mais uma vez submetida ao debate por meio eletrônico, corrigida, ajustada, aprovada, publicada e lançada no outono de 2003.

Um dos resultados dessa ampla consulta foi o entendimento museus como práticas e processos socio-culturais colocados a serviço da so-

riedade e do seu desenvolvimento, politicamente comprometidos com a gestão democrática e participativa e museologicamente voltados para as ações de investigação e interpretação, registro e preservação cultural, comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de ampliar o campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira.

Os princípios adotados na orientação da Política Nacional de Museus foram os seguintes:

1 – Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais.

2 – Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.

3 – Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro.

4 – Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos

procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado.

5 – Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.

6 – Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.

7 – Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afro-descendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades.

Uma vez apresentados os objetivos, a rede de parcerias e os princípios orientadores da Política Nacional de Museus, o documento, consolidado após muito debate, identificou sete Eixos Programáticos capazes de aglutinar, orientar e estimular a realização de projetos e ações museológicas:

1 – Gestão e Configuração do Campo Museológico, com a implementação do Sistema Brasileiro de Museus, o incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus, a criação do Cadastro Nacional de Museus, o aperfeiçoamento de legislação concernente ao setor, a integração de diferentes instâncias governa-

mentais envolvidas com a gestão de patrimônios culturais musealizados, a criação de pólos museais regionalizados, a participação de comunidades indígenas e afro-descendentes no gerenciamento e na promoção de seus patrimônios culturais e o estabelecimento de planos de carreira, seguidos de concursos públicos específicos para atender às diferentes necessidades das profissões museais, entre outras ações.

2 – Democratização e Acesso aos Bens Culturais, que comportava principalmente as ações de criação de redes de informação entre os museus brasileiros e seus profissionais, o estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a criação de programas destinados a uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea, além do apoio à realização de eventos multi-institucionais, à circulação de exposições museológicas, à publicação da produção intelectual específica dos museus e da museologia e às ações de democratização do acesso aos museus.

3 – Formação e Capacitação de Recursos Humanos, que tratava fundamentalmente: das ações de criação e implementação de um programa de formação e capacitação em museus e em museologia; da ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-

graduação, além de cursos técnicos e de oficinas de extensão; da inclusão de conteúdos e disciplinas referentes ao uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais nos currículos dos ensinos fundamental e médio; da criação de pólos de capacitação e de equipes volantes capazes de atuar em âmbito nacional; e do desenvolvimento de programas de estágio em museus brasileiros e estrangeiros, entre outras ações.

4 – Informatização de Museus, destacando-se a criação de políticas de apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos, ao estímulo de projetos para disponibilização de informações sobre museus em mídias eletrônicas e ao apoio aos projetos institucionais de transferência de tecnologias para outras instituições de memória.

5 – Modernização de Infra-Estruturas Museológicas, abrangendo a realização de obras de manutenção, adaptação, climatização e segurança de imóveis que abrigam acervos musealizados, bem como projetos de modernização das instalações de reservas técnicas e de laboratórios de restauração e conservação. Também estavam previstos o estímulo à modernização e à produção de exposições, o incentivo a projetos de pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias de conservação,

documentação e comunicação.

6 – Financiamento e Fomento para Museus, enfatizando a constituição de políticas de fomento e difusão da produção cultural e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais; o estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, de modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado; a criação de um Fundo de Amparo para o patrimônio cultural e os museus brasileiros; o desenvolvimento de programas de qualificação de museus junto ao CNPq, à Capes e às Fundações de Amparo à Pesquisa; e o aperfeiçoamento da legislação de incentivo fiscal, visando à democratização e à distribuição mais harmônica dos recursos aplicados ao patrimônio cultural musealizado.

7 – Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais, voltado para a criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos de comunidades indígenas, afro-descendentes e das diversas etnias constitutivas da sociedade brasileira, além do estabelecimento de critérios de apoio e financiamento às ações de conservação e restauração de bens culturais e do apoio às instâncias nacionais e internacionais

de fiscalização e controle do tráfico ilícito de bens culturais, assim como às ações e dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção dos bens culturais vinculados à história e à memória social de interesse local, regional ou nacional.

Da mesma forma que a construção do texto que fundamenta a Política Nacional de Museus foi resultado de uma ação democrática e participativa, sua implementação também vem sendo conduzida pelos mesmos princípios. A Política Nacional de Museus está disseminada por todo o território nacional e vem, de forma sistemática, se enraizando na vida cultural brasileira. Sua capilaridade é notável: em todas as unidades federativas existem agentes sintonizados e comprometidos com o seu desenvolvimento. Além disso, ações de capacitação e formação profissional estão sendo realizadas por todo o país; o Programa de Formação e Capacitação, ao longo de quatro anos, atendeu mais de 10 mil profissionais e estudantes; sistemas estaduais de museus estão sendo criados ou revitalizados; fóruns, seminários, jornadas e encontros são levados a efeito por todo o canto. Os museus estão mesmo em movimento e, parafraseando Oswald de Andrade, o poeta antropofágico, podemos dizer: “só a museologia nos une”.

Um dos primeiros desdobramentos da Política Nacional de Museus foi a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) no âmbito do IPHAN, em 2003. A singularidade do conjunto de museus do IPHAN e a inexistência formal de um setor na área federal voltado às ações no campo da museologia, eram motivos suficientes para a criação do DEMU. Apesar de tudo isso, as gestões anteriores no MinC não tiveram sensibilidade para mudar esta realidade.

O surgimento do DEMU no cenário museal brasileiro acarretou, de imediato, o fortalecimento de todos os museus do MinC. Na seqüência deste processo, foi criado o Sistema Brasileiro de Museus, outra ação fundamental para a implantação da Política Nacional de Museus.

Como conseqüência do exercício de uma nova imaginação museal e contando com o estímulo e a parceria direta do DEMU, estão sendo criados por todo o país, numa escala surpreendente, novos cursos de graduação e pós-graduação em museologia. Durante aproximadamente 40 anos, apenas a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) formava museólogos no país. Em 1970, surgiu um segundo curso, em Salvador, vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA). Até 2003, estes eram os dois

únicos cursos de graduação em museologia existentes no Brasil.

Atualmente, estão em funcionamento um curso de pós-graduação ao nível de mestrado⁶ e cinco cursos de graduação vinculados às seguintes instituições: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Fundação Educacional Barriga Verde (FEBAVE) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Estão em fase de implantação pelo menos outros quatro cursos: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Os investimentos em cursos de formação merecem uma especial atenção por, pelo menos, três bons motivos: eles representam a possibilidade de acolhimento de vocações orientadas para os estudos sobre museus, memória, patrimônio, paisagens culturais e territórios musealizados; indicam a configuração de um cenário propício para o desenvolvimento de novas abordagens teóricas e práticas; e apontam para o amadurecimento da museologia brasileira.

Desde a sua criação, em 2003, o DEMU chamou para si a responsabilidade pela elaboração do mapeamen-

6. O Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (nível mestrado) foi criado em 2006 pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) em parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast).

to censitário dos museus no Brasil. Em 2005, o projeto do Cadastro Nacional dos Museus foi iniciado com recursos disponibilizados pelo Ministério da Cultura da Espanha por intermédio da Organização dos Estados Ibero-Americanos. Os dados até agora levantados são surpreendentes.

O Brasil iniciou o século XX com cerca de 12 museus e chegou ao século XXI, de acordo com os dados do Cadastro, com 2.208 unidades museológicas. Registre-se, no entanto, que o processo de mapeamento e cadastro dessas instituições ainda não está concluído e que, por isso mesmo, o número dos museus existentes no país ainda poderá ser aumentado. Estes dados já nos permitem compreender que no Brasil, diferentemente da Europa, o século dos museus é o século XX e não o XIX.

Os mais de dois mil museus que hoje existem no Brasil são instituições públicas e privadas, visitadas por 20 milhões de pessoas por ano, e que geram mais de dez mil empregos diretos. Isso demonstra a importância da área para o desenvolvimento do país.

Um desafio e uma conquista fundamentais para a consolidação da Política Nacional de Museus foi a criação de instrumentos de fomento e financiamento diversificados com critérios públicos de seleção de projetos. Foi nesse sentido que o MinC e demais órgãos federais estabeleceram políticas de financiamento e fomento a museus, via Fundo Nacional de Cultura, Mecenato e Editais

como os de Modernização de Museus (IPHAN/MinC), Adoção de Entidades Culturais (CEF), Preservação de Acervos (BNDES) e Apoio à Cultura-Patrimônio (Petrobras).

Uma das primeiras ações implementadas pelo DEMU foi a reformulação do programa de financiamento denominado Museu: Memória e Cidadania, cujo alcance, anteriormente restrito aos museus federais, passou a abranger todos os museus brasileiros a partir de 2004.

Essas ações possibilitaram que instituições de todo o país tivessem mecanismos de financiamento de seus projetos, levando em conta critérios como impacto regional e institucional, relevância dos acervos, localidade e tamanho. O processo democratizou e descentralizou o financiamento público da cultura. Isso possibilitou a inúmeras instituições, na perspectiva de qualificação dos espaços museológicos, modernizar suas estruturas, garantindo o processo de preservação da memória nacional sob a guarda dos museus.

O crescimento extraordinário dos museus, aliado ao interesse dos movimentos sociais pelas práticas museológicas contemporâneas, justificam e exigem investimentos e políticas públicas específicas para o setor. Esse foi, e continua sendo, o desafio da Política Nacional de Museus: implementar ações de fomento com foco nos médios e pequenos museus brasileiros, além de facilitar e democratizar o acesso destas instituições aos recur-

sos orçamentários destinados à área. O enfrentamento desse desafio, de acordo com as orientações do MinC, permitiu que a Política de Museus alcançasse uma dimensão efetivamente nacional e pública.

IV – Modelo de gestão da Política Nacional de Museus

Como foi indicado, a Política Nacional de Museus foi construída com base em uma metodologia que estimulou a participação de múltiplos atores sociais. Reuniões presenciais sistemáticas e entusiasmados debates por correio eletrônico permitiram que fosse desenhado um cenário nacional dos museus, trazendo à tona os pontos fortes e as oportunidades, os pontos críticos e as ameaças.

No cenário citado, em termos de pontos fortes e oportunidades, destacam-se:

- a diversidade e a capilaridade museal;
- a forte inserção dos museus nas comunidades locais;
- o expressivo leque de serviços disponibilizados ao público, com atenção para os programas educativos e as exposições temáticas de curta, média e longa duração;
- a presença, em alguns museus, de equipes altamente qualificadas, equipamentos modernos e práticas museais exemplares;
- relevantes exemplos de documentação e gestão de coleções, bem como de capacitação do corpo

técnico dos museus;

- ampla rede de apoio e colaboração nacional e internacional.

Em termos de pontos críticos e ameaças, destacam-se:

- a precariedade de nível jurídico e administrativo de muitos museus;
- a falta de eficácia nos procedimentos técnicos de documentação e gestão de acervos;
- a carência de políticas de segurança e conservação preventiva;
- a fragilidade dos instrumentos de gestão dos museus e o desempenho pouco eficaz da sua função social;
- a pouca valorização da função pesquisa;
- coleções deficientemente inventariadas, conservadas, estudadas e divulgadas;
- a baixa ocorrência de periódicos especializados para a divulgação da produção de conhecimento e práticas museais.

O modelo de gestão delineado pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN tratou de operar sobre o cenário acima referido e buscou superar dificuldades e ameaças e, ao mesmo tempo, corroborar os pontos fortes e as oportunidades. Nesse sentido, foi construído um modelo de gestão que, graficamente, pode ser representado por meio do quadro ao lado.

O modelo de gestão, como se vê, envolve três instrumentos de operação:

Instrumentos institucionais: referem-se à organização institucional do setor museológico, o que envolve a criação do Sistema Brasileiro de Museus, do Cadastro Nacional de Museus, do Observatório de Museus e Centros Culturais e do Instituto Brasileiro de Museus com a definição de uma legislação específica para o campo museal, o Estatuto de Museus.

Instrumentos de fomento: referem-se aos dispositivos políticos e administrativos que foram pensados e desenvolvidos visando à revitalização dos museus, tais como o Programa Museu Memória e Cidadania, os editais do MinC, do Banco Nacional do Desenvolvimento Social, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras, além das leis de incentivo à cultura e

dos programas estaduais e municipais de apoio a museus.

Instrumentos de democratização: referem-se à formação de uma rede de colaboradores nacionais e internacionais. O Sistema Brasileiro de Museus, por sua capacidade de aglutinação e articulação de entidades e atores sociais, é um dos pontos de destaque dessa rede. Outros instrumentos de democratização são as redes temáticas, o lançamento de editais, os programas de capacitação e formação profissional, o programa de cooperação internacional desenvolvido com a Espanha e com Portugal, a realização de fóruns estaduais e municipais de museus e a criação e a revitalização de sistemas estaduais e municipais de museus.

Modelo de gestão da Política Nacional de Museus





Sala de exposição do Museu da Maré

V – Museus: abrigos do que fomos e somos, inspiração do que seremos

Walter Benjamin acredita que os museus são casas e “espaços que suscitam sonhos”⁷, André Malraux, por seu turno, considera que os museus são locais que “proporcionam a mais elevada idéia do homem”⁸. De um modo e de outro, fica patente a dimensão de humanidade dos museus: eles não são apenas casas que conservam e preservam vestígios e sobejos do passado; também são fontes de sonho e de criatividade e pontes que nos conectam com o futuro – um futuro que muitas vezes desperta no passado.

Essas palavras têm o objetivo de sublinhar a necessidade de uma atenção especial para os museus, uma atenção que se traduza num projeto concreto de valorização dos museus, sem perder a perspectiva crítica. No que se refere à Política Nacional de Museus, esse projeto (ou sonho coletivo) está associado ao plano de criação do Instituto Brasileiro de Museus, incluído na agenda do governo federal.

A criação do Instituto será o marco de uma política pública que vem sendo trabalhada desde o início da atual gestão do Ministério da Cultura. Além disso, será também reconhecimento efetivo de que a especificidade do campo museal requer e justifica, so-

bretudo no mundo contemporâneo, um campo próprio de institucionalização. A vitalidade desse campo decorre de sua capacidade *sui generis* de mesclar preservação, investigação e comunicação; tradição, criação e modernização; identidade, alteridade e hibridismo; localidade, nacionalidade e universalidade. Hoje, o centro de gravidade da política cultural do Brasil passa pelo território dos museus.

Ao longo dos últimos quatro anos a equipe do DEMU aplicou-se com determinação na construção do anteprojeto de lei para a criação do IBRAM. Esse anteprojeto foi discutido por equipes técnicas e administrativas, no âmbito dos museus federais; foi examinado por equipes especializadas em planejamento e gestão pública e hoje se encontra pronto para aprovação e implantação.

Em termos operacionais, o IBRAM será uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao MinC, atuando em sintonia com o Sistema Brasileiro de Museus. De sua estrutura farão parte os museus atualmente ligados ao IPHAN, além de outras unidades mu-

7. Ver BENJAMIN, Walter. Espaços que suscitam sonhos, museu, pavilhões de fontes hidrominerais. In: CHAGAS, Mário (org.) Revista do Patrimônio: Museus, Antropofagia da Memória e do Patrimônio, n. 31/2005. IPHAN, Brasília, p. 132-147.

8. Ver MALRAUX, André. O Museu Imaginário. Lisboa: Edições 70, 2000. p. 12.

seológicas associadas por convênios, acordos e outros dispositivos legais.

O IBRAM é um desejo antigo que gradualmente vai se realizando. Assim como os museus, ele suscita sonhos, abriga a nossa humanidade e nos projeta no futuro, sem que com isso se perca o pé do presente. Os museus e a museologia no Brasil estão mesmo em movimento, estão na dança e em mudança e, por isso, estão enfrentando e superando desafios, alcançando e ressignificando objetivos.

Embora o Ministério da Cultura, por intermédio do DEMU tenha sido inegavelmente vetor de mudanças, não se deve desconsiderar a presença de outros vetores igualmente importantes. É preciso reconhecer que havia muita demanda represada, um anelo antigo de atores sociais e instituições museais interessados na elaboração e na implantação de uma política museológica para o Brasil – não de uma política qualquer, mas de uma política qualificada, democrática, participativa e cidadã, construída com o trabalho, a energia e a vitalidade de muitos. Esta conjugação de vetores resultou num clima bastante favorável.

A coroação de quatro anos de trabalho intenso, mas também muito prazeroso e alegre, aconteceu com o projeto de lei aprovado pelo Con-

gresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, declarando e consagrando o ano de 2006 como Ano Nacional dos Museus.

O sucesso dos quatro primeiros anos de implantação da Política Nacional de Museus aumentou a responsabilidade do MinC. Um dos mais graves problemas das políticas públicas de cultura tem sido a descontinuidade das ações e a perda das conquistas alcançadas, o que tem produzido um ambiente de desconfiança e descrença. Por tudo isso, preservar o caráter participativo e democrático da atual Política de Museus é fundamental. Essa preservação, em certo sentido, depende mais da atuação direta e engajada dos diversos agentes sociais envolvidos com o seu processo de construção do que dos aparelhos públicos – estatais ou não – que se dedicam à sua sistematização. Essa parece ser também a sugestão de Nestor Garcia Canclini: “Talvez uma tarefa-chave das novas políticas culturais seja, tal como tentam certas performances artísticas, reunir de outras maneiras afetos, saberes e práticas. Reencontrar ou construir signos que representem, de modo crível, identidades de sujeitos que ao mesmo tempo querem, sabem e agem: sujeitos que respondam por ações e não perso-

nagens que representem marcas de entidade enigmática. Este é um núcleo dramático do presente debate cultural, ou seja, do sentido com que as opções de desenvolvimento social vêm se reelaborando”.⁹

O enfrentamento dessa questão tem levado o MinC a dedicar-se com atenção à continuidade das ações da Política Nacional de Museus, através do Plano Nacional de Cultura (PNC) e das demais ações que possam garantir o seu futuro, levando em conta as três seguintes diretrizes: cultura como direito, cultura como bem simbólico e cultura como ativo econômico.

Colocar em movimento e mesclar ideais, planos, desejos e sonhos guardados há tempos por diferentes atores sociais em seus “baús de prata”¹⁰ e buscar transformar a potência dessas energias em práticas concretas, em ações efetivas, sem perder a potência transformadora dessas energias, foi o grande desafio e o desejo dos gestores da Política Nacional dos Museus.

Vida longa para os museus! Essa é a nossa vereda tropical museal. 🏛️

9. Ver Garcia Canclini, Nestor. *Diferentes, Desiguais e Desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. p.265.

10. Expressão presente em uma das canções do Ministro Gilberto Gil. O “velho baú de prata dentro de mim” é uma espécie de museu que serve para preservar e comunicar saudades.



A gestão descentralizada, participativa e transversal

Sistema Nacional de Cultura e Sistema Brasileiro de Museus

A implantação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) representa a construção de uma das mais importantes ferramentas da Política Nacional de Museus, pois consolida e regulamenta uma importante e diversificada rede de parcerias institucionais voltada para a elaboração coletiva dos rumos do setor museológico em nosso país. Criado pelo Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, o SBM é, sem dúvida, um marco na atuação das políticas públicas de valorização, preservação e gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro sob a guarda dos museus, tornando-o representativo da diversidade étnica e cultural do país.

O sistema possibilita a criação de canais de comunicação entre a sociedade – representada por entidades públicas e privadas de diversas naturezas – e o poder público, assegurando a equidade e a abrangência das discussões em torno da construção de ações consistentes, garantindo voz a setores até então esquecidos no plano político. Cabe ao Ministério da Cultura o papel de coordenar o SBM, fixando diretrizes e normas e garantindo supervisão técnica para o exercício de suas atividades no âmbito das matérias e dos objetivos traçados, preservada a autonomia administrativa, as dotações orçamentárias e a gestão de pessoal própria dos órgãos e entidades que o integrem.

Podem participar do sistema, mediante a formalização do termo de adesão a ser firmado entre o proponente e o Ministério da Cultura, instituições de naturezas diversas no campo museal, coordenadorias e sistemas de museus já existentes e universidades que mantenham cursos relativos à museologia, entre outras instituições.

No contexto do SBM, o museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra institui-

ção com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Esta instituição apresenta as seguintes características:

- Trabalho permanente com o patrimônio cultural em suas diversas manifestações
- Presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer
- Utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social
- Vocação para comunicação, exposição, documentação, investigação, interpretação e preservação de bens culturais em suas diversas manifestações
- Democratização de acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana
- Constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais.

O Sistema Brasileiro de Museus tem como finalidades a promoção da interação entre os museus brasileiros, o registro e a disseminação dos conhecimentos do campo museológico, a gestão integrada e o desenvolvimento de instituições,

“O papel dos museus no processo de dinamização urbana em várias cidades ao redor do mundo evidencia, por um lado, a complexidade e o caráter multidisciplinar dos museus, da museologia e da arquitetura e, por outro, a necessária aliança entre a Política Nacional de Museus e o Programa Monumenta.”

Luiz Fernando de Almeida, arquiteto, presidente do IPHAN

acervos e processos museológicos e o desenvolvimento de ações de capacitação, documentação, pesquisa, conservação e difusão entre as unidades museológicas que o integram. O sistema conta com um comitê gestor que garante a representatividade e a democratização na discussão e na condução das políticas públicas para o setor. Cabe também ao comitê gestor propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

Na composição do comitê está garantida a representação dos seguintes membros: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Educação, Ministério da Defesa, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Turismo, sistemas estaduais de museus, sistemas municipais de museus, museus privados, Conselho Federal de Museologia, ecomuseus e museus comunitários, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Associação Brasileira de Museologia e instituições universitárias que tenham cursos relacionados à área de museologia. Com o SBM,

a sociedade civil organizada ligada à área museológica adquiriu a oficialização necessária junto ao Estado para opinar e participar da condução das políticas públicas para o meio museológico.

Além disso, a institucionalização do SBM foi propícia ao desenvolvimento de sistemas regionais. Atualmente, já existem sistemas ou redes de museus consolidados nos estados de Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Também foram criados os sistemas de museus das cidades de Ouro Preto e Pelotas. Outros sistemas estaduais estão em fase de implantação, com destaque para Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. Esses sistemas visam à promoção da capacitação de recursos humanos e à integração de museus e profissionais ligados ao setor, objetivando o constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais.

Em 29 de novembro de 2006 foi lançado o portal do SBM (www.museus.gov.br). Além de possibilitar a difusão e o intercâmbio dos museus brasileiros, o portal consolidará publicamente o papel do sistema.

Sistema Nacional de Cultura

O SBM faz parte de um sistema maior; que inclui todos os setores da cultura brasileira, de forma a possibilitar a construção de pontes entre as diversas áreas, conferir melhor visibilidade de cada setor e sua real situação em todo o país e implementar uma comunicação mais estreita entre os formuladores de políticas públicas culturais e os museus. Trata-se do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que prevê a constituição de diversos subsistemas temáticos na área cultural a fim de preencher lacunas da cena cultural brasileira. Além da articulação dos sistemas dos entes federados, o SNC resultará da estruturação de subsistemas ou políticas setoriais (como, por exemplo, o próprio Sistema Brasileiro de Museus). Tais subsistemas contarão, em princípio, com colegiados ou fóruns próprios na União e nos estados e municípios (ou respectivas microrregiões), propiciando a formulação das políticas setoriais em âmbito local, regional e nacional.

O fortalecimento do SBM como subsistema do SNC é uma de suas metas e tem consonância com o seu objetivo geral: implementar uma política pública de cultura democrática,

pactuada entre os entes da federação, e com a participação da sociedade civil, de modo a estabelecer e efetivar o Plano Nacional de Cultura, promovendo o desenvolvimento com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional.

Também cabe destacar que o SNC possui os seguintes objetivos específicos: **articulação** (gerenciar e promover publicamente a cultura entre os setores públicos e privados e coordenar a estruturação do SNC entre os federados no que diz respeito a formação, circulação e estruturação de bens e serviços culturais), **gestão** (promover a participação da sociedade civil – produtores e usuários – nas definições de políticas e investimentos públicos e capacitar, avaliar e acompanhar o desenvolvimento dos diferentes setores e das instituições públicas e privadas da cultura), **informação** (criar o Sistema Nacional de Informações Culturais, visando ao levantamento e ao tratamento de dados sobre bens, serviços, programas, instituições e execução orçamentária, além da realização de mapeamentos para o conhecimento da diversidade cultural brasileira) e **promoção** (difun-

dir e fomentar as artes e o patrimônio cultural, promover a circulação nacional e interregional de projetos, promover a transversalidade da política cultural e fortalecer a integração entre a criação, a preservação e a indústria cultural).

A criação do Sistema Nacional de Cultura é uma das principais metas da atual gestão federal no campo da cultura. Os estados, o Distrito Federal e os municípios, representados pelos respectivos secretários de cultura, vêm definindo junto com a União uma agenda para coordenar planos e ações públicas em todo o país. Os entes federados gozam de autonomia política e administrativa, não possuindo relação hierárquica entre si. De acordo com os artigos 23 e 24 da Constituição Federal, cabem a eles as competências comuns de legislar e proteger o patrimônio cultural e de proporcionar os meios de acesso à cultura.

Esse contexto de democratização da cultura, de realização de fóruns e conferências para dar voz à sociedade civil na constituição, especificamente, de uma política museológica estabelecida em conjunto com o SBM, contribui para a superação de antigos obstácu-

“A área de museus teve um avanço notável nos planos de ação do MinC, tanto institucional como na restauração de museus. O Sistema Brasileiro de Museus foi criado por nós (MinC). Isso significa um avanço em todos os níveis de preservação de nossa memória e no acesso das comunidades ao patrimônio cultural.”

Sérgio Mamberti – Secretário da Diversidade do Ministério da Cultura

los à valorização de saberes e fazeres específicos do campo museal e para a melhor organização, gestão e desenvolvimento dos museus e dos processos museológicos, a exemplo do que acontece na região da Catalunha e em países como Portugal, Espanha e França, onde já existem sistemas ou redes de museus em funcionamento.

As articulações e a formulação de ações decorrentes do SBM deverão conduzir as demandas e especificidades do setor museológico na consolidação do Plano Nacional de Cultura, que deverá ser debatido com a sociedade em conferências nacionais, estaduais e municipais, com a devida contribuição e sistematização pelos conselhos de políticas culturais e colegiados setoriais.

A emenda constitucional que prevê a elaboração do Plano Nacional de

Cultura foi aprovada em última instância no Senado Federal. Com ela, o país passará a ter um instrumento legal e de controle da sociedade para o cumprimento de metas de desenvolvimento cultural de caráter plurianual.

A institucionalização do Plano Nacional de Cultura implicará em amplo processo de consulta à sociedade, por meio dos conselhos de políticas culturais, dos colegiados setoriais nas áreas de produção artística e de preservação e das conferências de cultura dos entes federados: União, estados e municípios. Neste sentido, o SBM terá um papel fundamental para a apresentação de demandas e propostas de políticas públicas voltadas para a área museológica.

Devemos ressaltar que parte deste processo já foi percorrida. Entre setembro e dezembro de 2005, 60 mil

pessoas de mais de 1.100 municípios brasileiros realizaram encontros municipais, estaduais e regionais que resultaram na 1ª Conferência Nacional de Cultura (1ª CNC), realizada em dezembro de 2005. Delegados, observadores e convidados de todo o país debateram as propostas provenientes das conferências estaduais e do Distrito Federal, antecedidas pelas conferências municipais e intermunicipais e pelos seminários setoriais de cultura, com destaque para a participação de profissionais da área de museologia. A 1ª CNC contou com 1.356 participantes, 823 delegados, 338 convidados e 60 observadores. A criação de órgãos gestores e de conselhos de cultura entraram na agenda de vários municípios e estados. É importante sublinhar que a 1ª CNC norteará a realização do Plano Nacional de Cultura, incluindo a área de museus.



Mesa da Conferência Nacional de Cultura

Estruturação geral da 1ª CNC

As propostas aprovadas pelas etapas municipais, estaduais e setoriais resultaram na estruturação de sub-eixos associados aos cinco temas orientadores da 1ª CNC, ficando da seguinte forma a organização das discussões na Plenária Nacional:

I – Gestão Pública da Cultura:

- Gestão descentralizada, participativa e transversal
- Orçamento da Cultura
- Sistema Nacional de Cultura

II – Cultura é Direito e Cidadania:

- Cultura e educação
- Cultura digital
- Diversidade, identidade e redes culturais
- Democratização do acesso aos bens culturais

III – Economia da Cultura:

- Financiamento da cultura
- Mapeamento e fortalecimento das cadeias produtivas

IV – Patrimônio Cultural:

- Educação patrimonial
- Identificação e preservação do patrimônio cultural
- Sistema de financiamento e gestão do patrimônio cultural
- Política de Museus

V – Comunicação é Cultura:

- Democratização dos meios de comunicação
- Regionalização e descentralização da programação cultural das emissoras de rádio e TV

O setor museológico brasileiro (museólogos, formuladores de políti-

cas para o setor, profissionais ligados ao segmento museal e o Departamento de Museus e Centros Culturais) compareceu à CNC com o tema + MUSEUS, cujo documento solicitava o seguinte:

+ MUSEUS

Apenas 16% dos municípios brasileiros possuem unidades museológicas. São necessárias ações concretas dos governos federal, estadual e municipal para promover a criação de museus em todo o país, a fim de preservar a herança sociocultural das diversas localidades na busca da valorização do indivíduo, de sua memória e, consequentemente, do patrimônio cultural brasileiro.

+ VERBAS

Formular políticas, por parte de todas as esferas governamentais, para a implantação e a sustentabilidade de museus em todo o Brasil, além do investimento visando à melhoria e à modernização de todos os imóveis que abriguem acervos museológicos.

+ CAPACITAÇÃO

As secretarias estaduais e municipais de cultura deverão se articular com o Ministério da Cultura na realização de fóruns, seminários, oficinas, cursos técnicos e encontros para a divulgação da produção de conhecimento na área dos museus, de sua memória social, do patrimônio cultural, da museologia e da gestão de museus.

+ DIFUSÃO

Difundir o patrimônio cultural brasileiro por meio de eventos, exposições,

concursos, espetáculos e oficinas, entre outras ações de caráter educativo-cultural, promovendo a circulação de acervos por todo o país e possibilitando a democratização do acesso aos bens culturais e à memória brasileira.

+ CURSOS DE GRADUAÇÃO

Os estados e municípios, em conjunto com a União, deverão assegurar a implantação de cursos de nível superior em museologia em todas as regiões, com a finalidade de formar profissionais capazes de produzir conhecimentos e intersecções criativas e analíticas, contribuindo para a renovação dos processos museais.

+ INSTITUTO DE MUSEUS

Promover e assegurar políticas para estimular e apoiar a criação e o desenvolvimento de entidades museológicas e de centros culturais, valorizando ações de preservação, investigação e comunicação, e, ainda, fortalecendo o Sistema Brasileiro de Museus.

+ CONCURSOS

Atender à demanda de recursos humanos das instituições museológicas federais, estaduais e municipais, de modo a suprir o déficit de pessoal em suas ações finalísticas e administrativas.

+ DIREITO À MEMÓRIA

Valorizar a diversidade cultural brasileira por meio do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo que eles têm valor estratégico no resgate da memória e na afirmação das identidades locais e nacional e de todos os cidadãos.

Este documento foi importante para nomear as demandas do universo museal brasileiro, diversificado, complexo e de tipologia variada. O Plano Nacional de Cultura tem a função de articular melhor as ações do campo museológico por meio de seu principal porta-voz: o Sistema Brasileiro de Museus. Como resultado, a 1ª Conferência Nacional de Cultura estabeleceu 30 propostas prioritárias que deverão nortear o Plano Nacional de Cultura. Dessas propostas, três estão relacionadas à área museológica, a saber:

- Fomentar a criação de centros de memória nos municípios, com a finalidade de promover ações de preservação dos bens patrimoniais, materiais e imateriais, com responsabilidade compartilhada no âmbito das três esferas públicas e da sociedade civil.
- Criar, revitalizar e desenvolver instituições museológicas e demais espaços culturais, valorizando a preservação do patrimônio cultural em todas as esferas públicas e privadas, e fomentar a pesquisa, o registro e a preservação das práticas socioculturais, valorizando as identidades e a diversidade cultural para a inclusão social em espaços como universidades públicas, museus e demais instituições de memória.
- Promover e fomentar programas de formação e capacitação em educação patrimonial para professores, agentes culturais e atores sociais. 

A importância das parcerias

Devemos considerar uma característica significativa do processo de implantação de políticas públicas na área de cultura, já destacada anteriormente. Trata-se da crença efetiva no trabalho baseado nas relações institucionais, na busca de objetivos comuns que unifiquem um conjunto de agentes sociais e políticos, resguardadas as diferenças ideológicas em prol de uma causa maior. Esta é a essência do que chamamos de parceria.

Na construção de políticas públicas, no regime democrático em que vivemos, a constituição de parcerias representa uma estratégia de ampliação da ação do Estado. As políticas públicas da área cultural têm grande desafio pela complexidade e diversidade dos temas a serem tratados, não bastando apenas à fruição como forma de expressão dos bens culturais.

Cabe às políticas públicas, nos seus diversos níveis (federal, estadual e municipal), criar condições para a organização de um sistema de gestão da cultura, assumindo um papel indutor e estabelecendo elementos que ampliem o acesso aos bens culturais.

Um sistema de gestão da cultura tem como elementos-chave os conselhos de cultura, os fundos e mecanismos de incentivo, as formas de participação democrática e descentralizada dos produtos culturais e as comunidades em geral. Com isso se estabelecem as bases para implantar os elementos que compõem as políticas culturais: formação, criação, produção, distribuição, consumo, conservação e fomento. Esses elementos possibilitam um conjunto de referências de caráter simbólico, realizados nos âmbitos intelectual, artístico, social e recreativo como expressão criativa.

Temos, assim, como pensar as políticas culturais como elementos de desenvolvimento cultural e econômico, o direito ao acesso aos bens culturais como garantia das necessidades básicas da população na construção da cidadania assumindo papel estratégico na defesa da diversidade cultural e das identidades locais.

O papel do Estado como gestor público deve ser o de agregar os diversos segmentos, possibilitando a complementação de sua ação. Vale ressaltar que falamos de complementação e não de substituição das tarefas que o Estado não pode se abster de executar, principalmente no que diz respeito à garantia de direitos do cidadão.

Trabalhando com bens simbólicos, de representação coletiva, os museus são elementos de articulação social, campos férteis para a constituição de parcerias. O museu deve articular-se com a comunidade em que está inserido para cumprir sua função social.

Quando o Ministério da Cultura começou a desenvolver uma política específica para o setor museológico partiu das articulações e documentos já elaborados pelos atores que compõem o campo museal, seguindo exatamente os pressupostos citados. Esse processo incorporou centenas de profissionais e instituições, dando uma demonstração de autonomia dos agentes, vitalidade e capacidade de mobilização.

As parcerias não se limitaram apenas às instituições e grupos nacionais. Basta aqui lembrar a cooperação técnica com o Instituto Português de Museus, assinada em 9 de setembro de 2004 entre os Ministérios da Cultura do Brasil e de Portugal, com o objetivo de promover a integração da Rede Portuguesa de Museus com o Sistema Brasileiro de Museus e a implantação do Instituto Brasileiro de Museus.

Essa cooperação inclui a permuta de expertise para qualificação profissional, o assessoramento técnico em assuntos como restauração, conservação preventiva, documentação de patrimônio cultural e gestão museológica, questões relativas à museografia e intercâmbio de exposições e de cursos de formação.

Outro termo de cooperação entre os dois países, para o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão na área de museologia, foi assinado em 14 de dezembro de 2004, durante o Fórum Nacional de Museus. Esse termo foi firmado pelo Ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Passos Gil Moreira, e pelo vice-reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Professor Doutor Mário Moutinho, representando o reitor da instituição, Professor Doutor Antônio Fernando dos Santos Neves.

Com o objetivo de reforçar a parceria entre Brasil e Espanha, estabelecida pelo convênio cultural firmado em 1960 e pelo Tratado Geral de Cooperação e Amizade de 1992, representantes do Ministério da Cultura e do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN realizaram visitas oficiais à Espanha e articularam ações na área museológica. Entre essas ações, destaca-se a implantação do Cadastro Nacional de Museus, com o apoio da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura e do Ministério da Cultura da Espanha, para o qual está definido um aporte no valor de € 120 mil, que será aplicado em 2006 e 2007.

A Jornada Brasil-Espanha: Museus no Mundo Contemporâneo, realizada entre 14 e 21 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro, constituiu uma iniciativa concreta de aproximação e diálogo entre técnicos, pesquisadores e gestores culturais dos dois países. Essa jornada abordou as políticas públicas do setor museológico, as perspectivas na gestão de museus nacionais e a formação e atuação profissional.

Em julho de 2006, a realização na Espanha da Jornada Espanha-Brasil deu continuidade ao diálogo e nos proporcionou uma importante troca de conhecimentos e experiências. Técnicos e gestores do campo museológico brasileiro visitaram museus espanhóis e participaram de reuniões em instituições ligadas à museologia naquele país, com temas como gestão de museus, formação profissional, educação e sistemas de documentação e informatização.

Em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Cultura criou o Programa Curadores Visitantes, que viabiliza a visita de especialistas de países da América La-

“O DEMU acompanha de perto o nosso trabalho, fornecendo apoio técnico e consultoria. Tem sido uma experiência muito rica. Não tínhamos idéia do impacto que um museu causaria na comunidade. As respostas, porém, têm sido positivas, muito além do que imaginávamos. Trocamos idéias com museus com mais experiência e percebemos que nossas dificuldades são parecidas. É bom poder partilhar isso com instituições com uma história longa. Apesar de seu pouco tempo de existência, o Museu da Maré já acumulou vitórias importantes.”

Cláudia Rose, Museu da Maré

tina aos museus brasileiros. Em 2004, duas curadoras da Colômbia visitaram museus do Rio de Janeiro e do Pará.

Uma outra realização importante foi a articulação feita pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN com o Instituto Latino-Americano de Museus (Ilam), que viabilizou a participação de sua presidente, Georgina de Carli, no Fórum Nacional de Museus, quando ministrou a palestra Os Museus da América Latina.

Em relação à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o Ministério da Cultura, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Universidade Federal da Bahia realizaram, em Salvador, o Seminário Internacional Cultura e Desenvolvimento, com o tema Globalização e Cultura – os Impactos nos países da CPLP: “o que fazer?” O evento teve o objetivo de estabelecer um programa permanente de intercâmbio e cooperação na área cultural entre os países integrantes da CPLP.

O DEMU se fez representar nesse seminário e propôs a criação de uma rede de museus de língua portuguesa. Entre as ações para a constituição dessa rede e em resposta a uma demanda identificada na ocasião, foi proposto um programa de capacitação para gestores culturais, visando ao aperfeiçoamento de profissionais na área de preservação da cultura.

Um dos desdobramentos concretos desse programa foi o curso para gestores culturais angolanos, realizado em 2004 em Luanda, promovido pelo MinC e pela Casa de Angola. O curso reuniu cerca de 250 pessoas de formações variadas, tais como técnicos da área da cultura de diversas províncias da Angola e mestres em psicologia e educação. Em oficinas e aulas teóricas foram discutidos temas como legislação brasileira, editais de financiamento, elaboração de projetos culturais e interfaces entre as experiências brasileiras e angolanas. 🏠

